

SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME) E A INCLUSÃO SOCIAL DOS JOVENS E ADULTOS DO CAMPO

Rosenildo da Costa **PEREIRA**¹
Universidade Federal do Pará (UFPA)
rosenildocosta@bol.com.br

Resumo: *Aos poucos a realidade da educação do campo vem sendo modificada no cenário nacional no sentido de adequar o currículo, a metodologia e até mesmo ampliar a oportunidade de acesso ao ensino fundamental e médio no campo. Neste sentido, este texto teve como objetivo analisar o surgimento e contribuição do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) para com o acesso dos jovens e adultos filhos dos trabalhadores do campo do Município de Abaetetuba no estado do Pará/ Região Amazônica, em relação à educação básica, gratuita e obrigatória. Para tanto, utilizou-se de uma observação participante em uma escola ribeirinha em que funcionava o referido sistema, análise bibliográfica e documental sobre a referente temática que teve como intuito fundamentar tal discussão.*

Palavras-chave: *SOME. Educação do Campo. Jovens e Adultos do Campo.*

Abstract: Of few the reality of field education is being modified on the national scene in order to tailor the curriculum, methodology and even extend the opportunity of access to primary and secondary education in the field. In this sense, this text aims to analyze the emergence and contribution of modular system of organization of teaching (ADD) to the access of young people and adults children of workers in the field of the Municipality of Abaetetuba in the State of Para/ Amazon Region, in relation to basic education, free and compulsory. For both, it was used in a participant observation in a school in riverside who worked the said system, bibliographic analysis and documentary on the theme that was intended to substantiate such a discussion.

Key-words: SOME. Field Education. Young People and Adults in the Field.

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará. Especialista em Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade no Campo na Amazônia pela UFPA .Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA - 2011). É Assistente Administrativo Educacional de uma unidade educacional Ribeirinha , localizada nas ilhas de Abaetetuba. Professor do Programa Projovem Campo Saberes da Terra do município de Abaetetuba.

1 - Introdução

Quando nos propomos a escrever este texto nosso propósito fundamental foi de analisar o avanço que a educação no Brasil vem obtendo nos últimos anos, especificamente a educação das populações do campo do município de Abaetetuba na Região Nordeste do Estado do Pará.

Foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 211, o qual explicita “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino” que, por sua vez, proporcionou a descentralização do ensino, especialmente o ensino de 5ª série ao 3º ano do 2º grau, o qual no momento pode ser levado através da descentralização das escolas estaduais às regiões ribeirinhas do país.

Nesse sentido, a população do campo tem a seu favor um instrumento de garantia de direitos nunca antes conquistados nas Constituições anteriores à Carta Magna de 1988. Antes desse período os sujeitos do campo conseguiam cursar somente às primeiras séries do ensino fundamental, uma vez que ao campo havia sido destinado apenas esse grau de escolaridade.

Neste contexto, os discentes eram forçados a interromper seus estudos visto que suas famílias não tinham condições financeiras suficientes para mantê-los nos centros urbanos de nosso país para que pudessem dar continuidade aos estudos, até mesmo pelo fato de os mesmos contribuírem, satisfatoriamente, com a renda familiar, bem como pelo difícil acesso de muitas comunidades ribeirinhas em relação às cidades brasileiras, contribuindo assim para o elevado índice de analfabetismo e baixo grau de escolaridade dos jovens e adultos das regiões campesinas do país.

Na atual conjuntura do contexto do processo educacional brasileiro que possibilitou a descentralização dos sistemas de ensino, garantida por lei, permitindo que os estabelecimentos oficiais de ensino mantidos pelos Estados em regime de colaboração com os municípios pudessem levar a educação básica às regiões ribeirinhas mais distantes de nossas cidades, criando dessa forma, condições de acesso para jovens e adultos filhos dos trabalhadores do campo prosseguirem em direção à continuidade de sua escolarização básica e obrigatória ofertada em seu próprio contexto social.

O presente texto está estruturado em três partes. No primeiro momento analisamos o surgimento e contribuição do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) no contexto social do município de Abaetetuba-PA no que se refere ao processo educativo dos jovens e adultos do campo, caracterizando alguns aspectos presentes neste espaço local.

No segundo momento analisamos os problemas e desafios enfrentados pelos sujeitos que fazem parte deste sistema e, por fim, fizemos algumas considerações finais acerca do que discutimos durante todo o texto em relação à contribuição do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) para com a formação educativa dos sujeitos jovens e adultos do campo.

2 - Surgimento e contribuição do SOME no contexto social do município de Abaetetuba – PA: Algumas considerações como introdução

De acordo com os dados estatísticos do Censo Demográfico do ano de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado do Pará possui uma área de extensão territorial de 1.247.950,003 km². Dentro deste espaço se encontra localizado o município de Abaetetuba, com um território de 1.610.603 km², que abriga uma população total de 141.100 habitantes, dos quais deste total 58.102 residem na região do campo do município, dentre os quais podemos destacar os povos das águas e das florestas como: os quilombolas, os extrativistas, os agricultores familiares, os ribeirinhos, os pescadores dentre outros.

Ao analisarmos a extensão do território do município, constatamos que o mesmo possui características bastante diferenciadas no que se refere aos aspectos relacionados ao cotidiano da região do campo e da própria cidade, considerando que

[...] a Cidade, ou Sede, como muitos costumam falar, é caracterizada pela existência de logradouros, comércios, praças, serviços públicos e privados, área recreativa, entre outras características das zonas urbanas da maioria dos municípios paraenses. Em relação à zona rural, há uma configuração diferenciada dos espaços que constituem o Centro e as Ilhas, pois enquanto no Centro encontramos as rodovias, as estradas, os ramais e alguns igarapés; nas Ilhas, além dos igarapés, há uma infinidade de rios e furos que abrangem a área ribeirinha. (PEREIRA & PEREIRA, 2010, p. 16)

A cidade de Abaetetuba é conhecida hoje como a Capital Mundial do Brinquedo de Miriti, pois vivenciou, ao longo dos anos, profundas mudanças nos aspectos políticos, sociais, econômicos e, sobretudo, na área da educação. No que se refere à evolução do processo político administrativo o município foi governado pelo Presidente da Câmara (1881 a 1889), Intendente (1890 a 1930) e Prefeito (1930 aos dias atuais).

Nos aspectos sociais a população local, vem crescendo gradativamente ao longo dos últimos anos. Os serviços públicos e privados têm também aumentado e atrelado a este desenvolvimento social surge o processo de exclusão, desemprego e crescimento no número de violência a todo instante.

No aspecto econômico a cidade desenvolveu diferentes modos de produção, passando pelo plantio da cana de açúcar que perdurou durante muito tempo, sendo destinado à produção de aguardente nos engenhos de cachaça existentes na região. Com a queda da agricultura da cana de açúcar os agricultores passaram a desenvolver a cultura do extrativismo do açaí, que até hoje é considerado como uma das maiores produções da população local, principalmente dos sujeitos do campo. Hoje há uma economia bastante diversificada mais que, sem dúvida alguma, é fundamental para manter o comércio da cidade abastecido de diferentes produtos oriundos da própria produção da especificidade local.

A economia do município segundo Brito (2010, p. 2) “é baseada no comércio, na extração de óleos e gorduras vegetais, fruticultura, madeiras, palmito e açaí, pesca, na produção de artigos de cerâmica e artesanato em geral”.

Apesar de toda essa riqueza exuberante de produtos alimentícios e não alimentícios existentes no universo do município de Abaetetuba, responsável pelo desenvolvimento regional, não foi possível tirar a maior parte da população que ali reside das mazelas sociais. O direito à educação, por exemplo, foi negado a grande parte desse povo. Dentre os que não tiveram acesso à educação formal estão às populações do campo. Segundo Cury (2008, p. 294) “A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”.

Os sujeitos do campo do município de Abaetetuba, durante décadas, conseguiam cursar apenas as primeiras séries iniciais do ensino fundamental, o que nos faz pensar que se caso quisessem progredir nos estudos deveriam se deslocar aos centros urbanos para tal finalidade. Porém para viver na zona urbana seus familiares teriam que prestar assistência financeira aos mesmos, visto que para sobreviver ali demandariam de algumas necessidades básicas como: alimentação, uniformes escolares, material didático, dentre outros.

As famílias ribeirinhas já encontram dificuldades no cotidiano para colocar a alimentação para dentro de sua casa. Além disso, teriam que manter as despesas dos filhos os quais deveriam estudar nas escolas da cidade. Neste sentido, a opção era mesmo abandonar a escola nos primeiros anos escolares do ensino fundamental, como bem menciona Silva (2007, p.41):

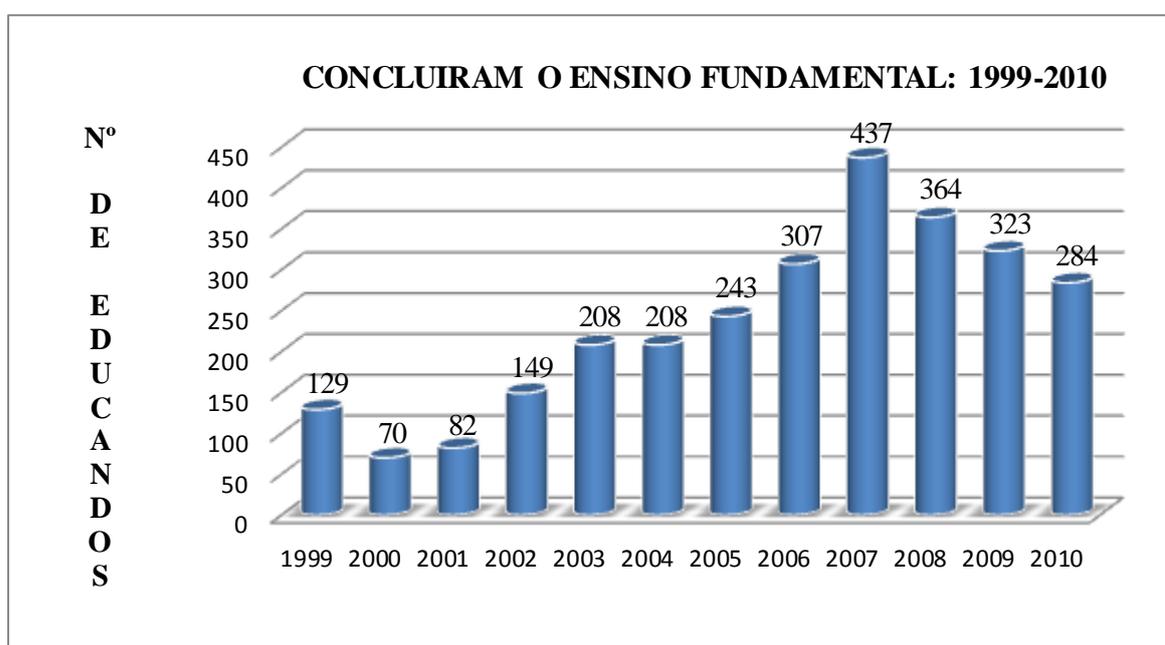
Os jovens e adultos do campo tem uma trajetória no que tange ao processo ensino-aprendizagem limitado aos primeiros anos escolares, ou seja, às quatro primeiras séries do ensino fundamental; isto se deve em primeiro lugar às condições econômicas de suas famílias que lhes impõem abandonar os estudos, para atuarem no trabalho junto com os demais familiares; em segundo lugar, as escolas do campo só oferecem os primeiros anos escolares, fazendo com que mesmo aqueles que desejam continuar estudando não tenham espaço para tal.

No sentido de reverter esse quadro de desigualdade social, principalmente no que diz respeito ao fator educacional e para satisfazer as reivindicações dos movimentos sociais do campo, os Governos do Brasil vêm implementando políticas de inclusão social, em particular na área da educação das populações do campo, as quais visam oportunizar que os jovens e adultos do campo tenham acesso à escolarização básica e obrigatória.

Com isso, foi criado em 1980 no Estado do Pará o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME), com o intuito de levar a educação básica às comunidades rurais ribeirinhas que se encontram mais distantes dos centros urbanos. De acordo com a Secretaria Executiva de Educação (SEDUC), o Sistema de Ensino Modular “configura-se com uma estratégia para levar o ensino médio para as localidades de acesso difícil ou com dificuldades estruturais por conta da localização, mas só passou a fazer parte da SEDUC em 1982”.

O referente sistema oferta hoje não somente o ensino médio como também o ensino fundamental completo, isto é, 5ª à 8ª séries que é de responsabilidade do Sistema Estadual, estendendo-se ao município de Abaetetuba em meados dos anos de 1996, segundo relatos de uma professora que trabalhou desde o surgimento do Sistema de Organização Modular de Ensino no município.

É bom salientarmos que este sistema de ensino foi implementado gradativamente em Abaetetuba, pois no gráfico a seguir detalharemos o número de educandos que concluíram o ensino fundamental de acordo com cada ano.



Fonte: SEDUC (2010)

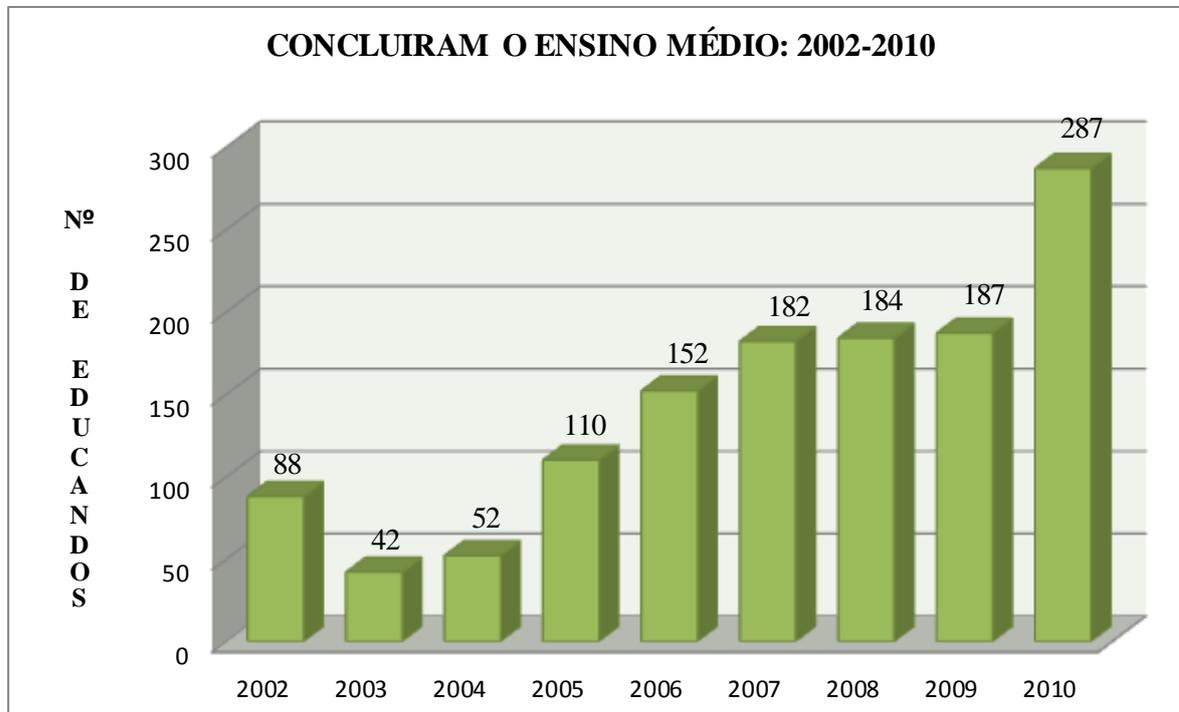
Analisando o contexto dos dados estatísticos educacionais apresentados no gráfico é possível observar que há uma variação significativa dos alunos que concluíram o ensino fundamental entre 1999 a 2010, pois houve uma diminuição de 59 alunos em relação ao ano de 1999 para 2000, aumentando gradativamente a partir de 2001 a 2007 e declinando novamente após o ano de 2007 a 2010. Portanto, a procura por escola aumentou na região do campo principalmente nos anos de 2000 a 2007.

Pensar na possibilidade de proporcionar aos jovens e adultos filhos dos trabalhadores do campo a necessidade de estudarem em sua própria localidade de origem

é estar consciente da evolução que o processo educacional brasileiro vem alcançando nestes últimos anos.

A educação de nível fundamental e médio chega, aos poucos, em algumas comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba-PA, favorecendo assim que os sujeitos filhos dos trabalhadores rurais, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores tenham condição de ingressar à escola para cursar os níveis de ensino que há anos atrás não tiveram condição de frequentar em função de sua delicada vida econômico-financeira e pela ausência de políticas educacionais para essa população, o que demonstra claramente que, durante anos, a educação para as populações do campo foi deixada por parte do Poder Público como segundo plano, o que está se refletindo hoje nos dados estatísticos educacionais do país.

Apresentaremos a seguir um gráfico com dados estatísticos educacionais os quais demonstram claramente o avanço obtido pela educação nestes últimos 15 anos, de forma específica a educação das populações do campo do município de Abaetetuba no estado Pará. Os dados são de 2002 quando muitos jovens e adultos do campo tiveram o privilégio de concluir pela primeira vez o ensino médio no campo.



Fonte: SEDUC (2010)

Em relação aos alunos que concluíram o ensino médio, constatamos ser o número bem menor que do ensino fundamental, entendendo que esse índice baixo decorre de que muitos dos moradores os quais ali vivem não tiveram acesso ao ensino fundamental completo, pois muito menos teriam oportunidade de cursar o segundo grau.

Foram fatores que contribuíram para um índice considerado baixo pelo fato de poucos moradores do campo desse pequeno espaço da Amazônia Paraense terem cursado o ensino fundamental completo que, por sua vez, é necessário para ingressar no ensino médio.

Portanto, desde 1996 até 2010 o Sistema de Organização Modular de Ensino está contribuindo de forma “positiva” no sentido de levar às regiões ribeirinhas do Estado do Pará uma formação educativa para os jovens e adultos trabalhadores do campo de Abaetetuba, possibilitando não somente o ingresso no ensino fundamental como também a conclusão do ensino médio.

3 - SOME: Problemas e Desafios

Fazer parte do processo escolar formal hoje no Brasil é um desafio tanto para os profissionais da área educacional quanto para os que dependem deste. A educação de modo geral é constituída de problemas e desafios que precisam ser superados por todos que fazem parte desse universo educacional. A educação dos jovens e adultos do campo não é exceção em meio a tais aspectos. O poder público pode amenizar e até mesmo solucionar tais problemas com a implementação e efetivação de políticas públicas educacionais sérias e de responsabilidade social.

As políticas públicas educacionais implantadas pelos governos para o espaço campesino não são, a nosso ver, políticas de qualidade social, mas sim de contentamento. A temática *SOME: Problemas e Desafios* surgiu em virtude de algumas experiências que tivemos quando trabalhamos durante dois anos em uma escola ribeirinha onde funcionavam às turmas de ensino fundamental e médio do Sistema de Organização Modular de Ensino. Detectamos neste período que muitos problemas eram enfrentados pelos professores e pelos próprios alunos que fazem parte deste sistema.

Não negamos que a descentralização do ensino foi um marco fundamental na história da educação do Brasil, pois possibilitou o retorno dos nossos jovens e adultos do campo que, durante anos, deixaram de frequentar a educação de 5ª série ao 3º ano do

ensino médio em virtude desta está concentrada nos centros urbanos o que não lhes favorecia oportunidade para tal.

Os Estados recorrendo da parceria com os municípios, garantida pelo regime de colaboração entre os entes federados, resolvem destinar à educação de ensino fundamental maior e ensino médio a região do campo, cedendo para tanto somente a demanda do número de vagas, merenda escolar que é insuficiente para o número de alunos, livros didáticos que não contemplam a diversidade cultural dos educandos do campo, transporte escolar inadequado e os professores os quais trabalharão neste nível de ensino.

Os municípios se comprometerão, em contrapartida, cedendo os prédios escolares para o funcionamento das aulas, merendeiras para fazer o lanche para os alunos deste sistema de ensino e os responsáveis das escolas municipais que estão incumbidos de preparar o livro de ponto e a frequência escolar dos professores, contribuindo de certa forma com o aprendizado desses sujeitos e ao mesmo tempo oportunizando-os de prosseguirem em direção ao que se refere à continuidade de sua escolarização básica e obrigatória.

De fato, houve a descentralização do ensino, mas o que não aconteceu realmente na prática foi à construção de prédios escolares próprios para agregar os novos os atendidos por este deste nível de ensino. Como percebemos as estruturas físicas das escolas municipais ribeirinhas são insuficientes muitas vezes para abrigar os alunos da própria escola da rede municipal. Além destes, terão que agregar a demanda específica de alunos do sistema estadual. Muitas vezes, o espaço da escola é improvisado e em alguns casos funcionam em barracões comunitários.

Ressaltamos que este sistema de ensino não está presente em todas as comunidades ribeirinhas de Abaetetuba. Ainda assim, as comunidades nas quais esses níveis de ensino ainda não chegaram têm também a oportunidade de estudar, uma vez que o transporte escolar é oferecido pela parceria entre o Governo Federal e os demais Governos. Dessa forma, há como se locomover de uma comunidade onde ainda não foram implantados os supracitados níveis de ensino para outra que fica “próxima” e oferece os oferece, promovendo dessa maneira o acesso desses educandos à educação básica.

Como sabemos o Sistema de Organização Modular de Ensino é implantado em polos estratégicos justamente para possibilitar que os moradores do campo de diferentes

localidades tenham oportunidade de acesso ao ensino de nível básico. Todavia, vivemos na complexidade do espaço Amazônico brasileiro que demonstra a longitude entre as próprias comunidades ribeirinhas. Então, o alunado que deve se deslocar para a comunidade a qual não é a sua de origem enfrenta diversos problemas interligados com os desafios que precisam enfrentar no cotidiano para poder realmente estudar, como: acordar cedo e as características dos nossos rios, furos e igarapés, muitas vezes desfavoráveis para o transporte escolar chegar até sua residência para buscá-lo. Então, os discentes têm que caminhar pela mata até chegar à margem dos rios onde o rabeteiro que presta o serviço de transporte escolar está esperando por eles.

Os docentes que trabalham neste sistema de ensino são oriundos de diferentes municípios paraenses, inclusive de Abaetetuba. Levantamos duas hipóteses para que estes se desloquem de seus municípios de origem para trabalharem nas comunidades ribeirinhas de Abaetetuba. A primeira hipótese talvez seja a questão salarial que incentiva esses professores a trabalharem na região ribeirinha do então município. A segunda é a possibilidade de os mesmos estarem comprometidos com a educação dos jovens e adultos do campo, uma vez que trabalham em um universo das zonas ribeirinhas do espaço Amazônico brasileiro marcado por uma realidade bastante complexa, não possibilitando que estes se locomovam todos os dias após as aulas para sua residência de origem. Neste sentido, são obrigados a permanecerem durante a semana na localidade em que estão trabalhando como professor do SOME. Em virtude disso, é que imaginamos que são realmente comprometidos com a formação educativa dos sujeitos jovens e adultos do campo.

Deste modo, acreditamos que apesar da grande evolução da educação nestes últimos anos, que possibilitou aos jovens e adultos do campo a continuidade a sua escolarização, na realidade concreta se apresenta um desafio para grande parcela dos jovens e adultos que são obrigados a se deslocarem de seu local e origem para estudar em outra comunidade ribeirinha que não a sua, muitas vezes estudando muitas vezes em espaços improvisados. A respeito da distância que é percorrida por muitos educandos para chegar à escola Canali (2005, p. 21) afirma que “chegam a caminhar longas distâncias para chegar à escola, muitas vezes localizadas em outras comunidades que não a sua”;

Os professores também enfrentam problemas relacionados aos espaços destinados para desenvolverem suas práticas educativas, assim como para se locomoverem da zona

urbana para as comunidades ribeirinhas abaetetubenses onde estão concentradas as escolas ou espaços comunitários que funcionam às turmas do SOME. A respeito dos problemas dos espaços escolares os quais muitas vezes dificultam o trabalho docente Leite salienta (1999, p. 56): “quanto às instalações físicas da unidade escolar: instalações precárias e na maioria das vezes sem condições para o trabalho pedagógico”.

4 - Considerações Finais

Apesar do Sistema de Organização Modular de Ensino ter surgido recentemente no contexto social do município de Abaetetuba-PA, ele contribuiu “satisfatoriamente” com o processo educacional formal dos jovens e adultos do campo desse espaço geográfico da Amazônia Paraense. Muitos jovens e adultos do campo já concluíram a educação básica neste sistema de ensino. Outros estão no momento se empenhando para que possam, sem sombra de dúvidas, finalizá-lo. Tal fato não foi possível de ser concretizado em tempo hábil pela delicada vida econômica que os fez abandonar a escolarização nas primeiras séries iniciais do ensino fundamental.

Sendo assim, é necessário reconhecer que apesar das imensas dificuldades que os professores e alunos do Sistema de Organização Modular de Ensino enfrentam para fazer parte deste recente sistema, sem dúvida alguma o regime modular tem favorecido o acesso ao nível de educação da básica por jovens e adultos filhos dos trabalhadores da região do campo no município de Abaetetuba-PA, no próprio contexto social da região do campo.

É necessário ainda que os Governos do Estado brasileiro projetem e efetivem políticas públicas educacionais de garantia de construções de escolas, exclusivamente para o atendimento do ensino fundamental e médio no campo, com modernos equipamentos, biblioteca com variados livros didáticos e investimento na formação continuada no nível de pós-graduação específico em educação do campo para os professores deste sistema para que possam promover uma educação do campo de qualidade social, fundamentada principalmente no valor cultural do cotidiano dos sujeitos camponeses, criando dessa forma, condições dignas de aprendizagem para os educandos e espaço escolar adequado para o desenvolvimento do trabalho docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010.

_____. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil.

MARGENS - Revista Interdisciplinar
Versão Digital – ISSN: 1982-5374

Dossiê: Formação Docente
VOL.10. N. 14. Jun 2016. (p. 187-198)

Brasília, Centro Gráfico, 1988.

BRITO, D. M. **Espelho Líquido da Amazônia Paraense: A Interação entre o Movimento dos Ribeirinhos (as) das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba-PA (MORIVA) e o Processo Educacional de Jovens e Adultos Ribeirinhos.** In: **II Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará: Os Usos Políticos, sociais e acadêmicos dos Conhecimentos, suas tensões e contribuições para a participação e controle social.** Belém, 2010.

CANALI, H. H. B. **Educação do Campo: Construindo novas referências.** In: SILVA, G. P.; CANALI, H. H. B.; RODRIGUES, D. S.; ARAÚJO, M. N. C. (Orgs). 2007. **EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: UMA EXPERIÊNCIA.** EDUFPA, BELÉM.

CURY, C. R. J. **A Educação Básica Como Direito.** In: Cadernos de Pesquisa. V. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.

LEITE, Sérgio Celani, **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo, Cortez, 1999.

PARÁ. Secretaria Executiva de Educação. **A educação básica no Pará: elementos para uma política educacional democrática e de qualidade Pará todos.** Vol. II. Belém-Pará, 2008.

_____, Secretaria Executiva de Educação. **Dados Estatísticos das Escolas Públicas Estaduais de Educação Básica.** Belém-Pará. 2012.

PEREIRA, J. R; PEREIRA, R. C. **Políticas Públicas na Educação do Campo do Município de Abaetetuba-PA: Possibilitando o Diálogo com os Movimentos Sociais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2010.

SILVA, G. P. **Magistério da Terra: O Desafio para a construção de uma Nova Metodologia para a Educação do Campo.** In: SILVA, G. P.; CANALI, H. H. B.; RODRIGUES, D. S.; ARAÚJO, M. N. C. (Orgs). 2007. **EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA: UMA EXPERIÊNCIA.** EDUFPA, BELÉM.